

CEC Año 3, N° 5 (2016), pp. 37-59. Versión sin editar del artículo en portugués.
O capital financeiro em Lenin e suas contribuições para o debate sobre o processo de financeirização contemporânea

Fernando Leitão Rocha Junior¹

El Capital financiero en Lenin y sus contribuciones para el debate sobre el proceso de financierización contemporáneo
Financial capital in Lenin and his contributions on contemporary financialization debate

Recibido: 15 de junio de 2016
Aceptado: 10 de octubre de 2016

“Marxismo é análise concreta de situação concreta”
Lenin

RESUMO

A hipertrofia da esfera financeira no capitalismo recente, em nada muda o mecanismo estrutural do modo de produção capitalista, isto é, a valorização do valor via a extração de mais valia. A ilusão, o encantamento de criação de valor e mais-valia na órbita financeira por meio da atuação do capital portador de juros e do capital fictício é algo falacioso, uma mistificação. O exacerbado grau rentista e parasitário do capitalismo atual, na verdade, reforça o argumento de Lenin sobre o capital financeiro explicitado em sua obra: *Imperialismo Fase Superior do Capitalismo*. Por isso, ao nosso juízo, uma efetiva compreensão teórica sobre a categoria capital financeiro e sua articulação e conexões com as formas de capital portador de juros e capital fictício, podem fornecer pistas que elucidem efetivamente o funcionamento das “engrenagens” utilizadas para produção e reprodução do capital. Pois, como é sabido, hoje mais do que nunca, vicejam a lógica rentista, especulativa e parasitária como regentes da dinâmica de acumulação capitalista.

Palavras chaves: Capital Financeiro, Capital portador juros, Capital fictício, e Financeirização.

RESUMEN:

La hipertrofia de la esfera financiera en el capitalismo reciente no altera el mecanismo estructural del modo de producción capitalista, es decir, la apreciación del valor a través de la extracción de la plusvalía. La ilusión, la creación de valor de encanto y valor añadido en la órbita financiera a través de la acción del capital a interés y capital ficticio es algo engañoso, una mistificación. El exacerbado grado de rentista y parasitario del capitalismo actual refuerza el argumento de Lenin sobre el capital financiero explícito en *El imperialismo, fase superior del capitalismo*. Por lo tanto, una comprensión teórica efectiva de la categoría de capital

¹ Pós-Doutor pelo Instituto de História Contemporânea - Universidade Nova de Lisboa, com bolsa Capes, Processo PEX: 0908/15-0 Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisador do Grupo de Estudos de Crítica à Economia Política - GECEP/UFVJM. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade (PPGTAS) do ICET/UFVJM, Professor Adjunto IV lotado no Departamento de Ciências Econômicas - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM Campus do Mucuri na Cidade de Teófilo Otoni - M.G E-mail: fermn16@yahoo.com.br

CEC Año 3, N° 5 (2016), pp. 37-59. Versión sin editar del artículo en portugués. financiero y su articulación y las conexiones con las formas de capital a interés y capital ficticio puede proporcionar pistas que aclaren efectivamente el funcionamiento de los "engranajes" utilizados para la producción y reproducción del capital. Ya que, como es sabido, hoy más que nunca, prospera la lógica rentista, especulativa y parasitaria como regente de la dinámica de la acumulación capitalista.

Palabras claves: capital financiero, interés portador de capital, capital ficticio, financierización,

ABSTRACT

The hypertrophy of the financial sphere in contemporary capitalism has not changed the structural mechanisms of the capitalist mode of production, that is, the appreciation of value through the extraction of surplus value. The illusion, the enchantment value creation and added value in the financial sphere through the action of interest-bearing capital and fictitious capital is fallacious: a mystification. The rentier and parasitical characteristics of contemporary capitalism are exacerbated to unprecedented degrees and actually reinforce Lenin's argument about the financial capital explicit in his *Imperialism, the Highest Stage of Capitalism*. Therefore, in our judgment, an effective theoretical understanding of the financial capital category and its articulation and connections with forms of interest-bearing capital and fictitious capital may provide clues that effectively elucidate the operation of the "gears" used for production and reproduction by capital. Since today more than ever the rentier, speculative and parasitic logic flourishes through the dynamics of capitalist accumulation.

Keywords: Financial capital; capital bearer interest; fictitious capital; financialization.

1. Introdução

Hoje, mais do que nunca, fica claro que a etapa imperialista do modo de produção capitalista não se esgotou plenamente como querem alguns analistas e apologistas do ordenamento econômico burguês, pelo contrário, ao nosso juízo, esta fase está mais viva do que nunca. Para nós, o padrão de acumulação e reprodução atual do capitalismo se realiza como apontado em diversos estudos feitos e organizados por Chesnais (1995; 1998; 2005) via “o comando das finanças” no qual de acordo com Carcanholo e Nakatani (1999), bem como, Lohoff e Trenkel (2014) acentua-se ainda mais o grau rentista, especulativo e parasitário.

Se há mais de um século, Hobson (1982), Hilferding (1985) e em especial Lenin (1975; 2012) já chamavam atenção para a consolidação de uma *Oligarquia Financeira*; hoje não é necessário nenhum esforço para constatar-se que sob o comando de um intenso “processo de financeirização” da produção drena-se cada vez parte mais substantiva do excedente econômico, sobretudo na forma de mais-valia produzida para o lócus das finanças. Se de um lado, o processo de financeirização resulta diretamente da hipertrofia da esfera financeira, também é verdade que em escala global nas últimas décadas tem se potencializado um brutal processo de exploração e até de superexploração da força de trabalho sob as mais diversas práticas formais e informais. Tal processo de acumulação originária sob a roupagem da *espoliação* foi desenvolvido por Harvey (2004). Por outro lado, Mandel (1982) entende este

CEC Año 3, N° 5 (2016), pp. 37-59. Versión sin editar del artículo en portugués. processo configura-se como uma prática contínua que vem desde os primórdios do capitalismo. Nesta direção, fica claro que na atual da etapa imperialista do capital verifica-se um expressivo avanço das forças produtivas, não apenas incremento de capital constante, mas, em especial – de capital fixo via desenvolvimento tecnológico e científico.

Diante destes fatos que elencamos, afirmar que vivemos na atualidade uma etapa harmoniosa, idílica e humanizadora do então global modo de produção burguês, na qual se diminuiu sensivelmente os níveis de pauperização, promove-se o bem comum, e acima de tudo, realiza-se “justiça social”, configura-se, no nosso entendimento, num brutal processo de mistificação ideológica dos defensores do capital.

Pois, como se pode constatar em diversos estudos atuais, como Gomes (2015) e Lapavitsas (2016), a atual etapa imperialista do capital mundializado sobre o comando das finanças exacerba práticas especulativas e parasitárias, além de intensificar com mais frequência o fenômeno das crises.

Em termos históricos, o fenômeno da especulação e do parasitismo não é uma novidade. O que seria então recente na fase “imperialista financeirizada” do modo de produção capitalista? No intuito de responder minimamente esta questão, entendemos que o resgate da categoria *capital financeiro*, tal como estudada e desdobrada por Lenin, fornece pistas instigantes para a efetiva compreensão da atual etapa do imperialismo, que se faz cravejada não apenas pelo intenso processo especulativo e parasitário, mas também marcada por viscerais processos de *financeirização da riqueza*.

Portanto, o nosso objetivo neste artigo visa articular alguns apontamentos sobre o capitalismo recente, tendo por base argumentos de Lenin contidos em seu livro *Imperialismo, estágio superior do capitalismo* e suas respectivas conexões com as categorias de capital portador de juros e capital fictício, desenvolvidas por Marx no livro III d’ *O capital: crítica à economia política*. Também faremos uso de estudos de importantes analistas do capitalismo recente como Chesnais (1995; 2005), Carcanholo e Nakatani (1999), Lapavitsas (2009; 2016), Nakatani e Gomes (2015), entre outros.

2. Lenin e a concreção de uma teoria sobre o Imperialismo.

Da nossa parte devemos sinalizar que a teoria do imperialismo em Lenin, representa um brutal esforço de síntese e elaboração teórica de muitos anos de estudos. Se, coube a Hobson em 1902 o estudo até então mais contundente sobre o Imperialismo. Também é

CEC Año 3, N° 5 (2016), pp. 37-59. Versión sin editar del artículo en portugués. verdade, que será com Hilferding, cuja obra, publicada em 1910 intitulada *O capital financeiro* que Lenin terá como um dos pilares centrais do seu estudo preparatório denominado *Cadernos sobre o Imperialismo*². Também é necessário mencionar o denso mergulho e incursão que Lenin fez no campo da filosofia entre os anos de 1914 e 1915, em especial na obra Hegeliana *A ciência da Lógica*, que estão reunidos num longo material, intitulado *Cadernos Filosóficos*.

Deste modo, queremos sinalizar que o livro sobre o Imperialismo de Lenin não é um estudo superficial e simplório como muitos analistas (nada sérios) apontam. Trata-se, ao nosso juízo, de um brilhante estudo, embora escrito como ensaio de divulgação popular, no calor da 1ª guerra Mundial e publicada em 1917, pouco antes da Revolução de Outubro. Condensa ali uma síntese para divulgação, daquilo que seria a nova fase do modo de produção capitalista, isto é, a fase dos monopólios que já vinha se engendrando desde meados da década de 1870, tomando densa concretude histórica no período da 1ª guerra mundial (1914-1918).

Será na Suíça, particularmente na cidade Zurique, durante os meses de janeiro e junho de 1916, que Lenin elabora, sistematiza e sintetiza na forma de livro, o seu estudo *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*, que publicado a partir de 1917. Torna-se então num importante texto para o combate das teorias econômicas vulgares, bem como, instrumento na arena da política, seja para as atividades de propaganda, e em especial de agitação.

Este importante trabalho inicia-se com a constatação da importante mudança que havia sido introduzida na dinâmica do modo de produção capitalista, ou seja, para Lenin (1975, p.38) “a concorrência transforma-se em monopólio. Daí resulta um gigantesco progresso na socialização da produção. Socializa-se também em particular o processo dos inventos e aperfeiçoamentos técnicos”.

Lenin (1975) também analisa a natureza do fenômeno dos monopólios que regem a etapa imperialista, elencando os traços constitutivos desta nova fase:

1. A concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica;
2. A fusão do

² Trata-se de um estudo preparatório para a redação e confecção de seu livro: **Imperialismo: fase superior do Capitalismo**. Não seria nenhum exagero da nossa parte, apontar e comparar a importância que este estudo teve para Lenin redigir o livro sobre o Imperialismo, com aquela atribuída aos **Grundrisse** para que Marx redigisse a Contribuição à crítica a Economia Política em 1859 e posteriormente em 1867 publicasse o Livro I *d'O Capital*. Nesta direção, **Os chamados Cadernos sobre o Imperialismo**, reúnem estudos, observações e apontamentos feitos por Lenin entre os anos de 1915 e 1916, um estudo ciclópico em face das condições históricas objetivas da Europa, e em especial da Rússia em meio da 1ª Guerra Mundial. Este trabalho de acúmulo teórico sobre o Imperialismo envolveu o estudo de 148 livros (106 em alemão, 23 em francês, 17 em inglês e 2 traduzidos ao russo), também de 232 artigos (206 em alemão, 13 em francês e 13 em inglês) e ainda 49 jornais (34 alemães, 7 franceses e 8 ingleses). Cabe ainda lembrar que este monumental livro ficou inédito até a década de 1930, sendo uma parte publicada no ano de 1933 e a outra parte, só será publicada em 1938. Cf. Lenin (1986).

CEC Año 3, N° 5 (2016), pp. 37-59. Versión sin editar del artículo en portugués.

capital bancário com o industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira, 3. A exportação de capitais, diferente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande, 4. A formação de associações monopolistas internacionais de capitalistas, que partilham o mundo entre si, 5. O termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (p.108)

Por fim, o pensador russo detalhava que:

O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu importância assinalável a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes (Lenin, 1975, p.108).

Prosseguindo com a formulação leniniana, ao nosso juízo, percebe-se a centralidade da categoria *capital financeiro* em seu arcabouço teórico para uma efetiva compreensão da dinâmica do modo de produção capitalista na contemporaneidade. Para Lenin (1975: 63), “[a] concentração da produção; monopólios que resultam da mesma; *fusão* ou *entrelaçamento* dos bancos com a Indústria: tal é a história do aparecimento do capital financeiro e daquilo que este conceito encerra”.

Desdobrando o argumento de Lenin, sobre esta questão, percebe-se que o fenômeno de concentração monopolista que marca a etapa imperialista do modo de produção capitalista, atinge a esfera produtiva, como também a esfera financeira, *locus* de atuação privilegiado da forma capital bancário. Assim, na fase imperialista, a forma de capital bancário torna-se o agente fornecedor essencial do capital, pois, esta forma de capital ao centralizar o crédito, também passa a controlar os investimentos e o ciclo econômico em sua totalidade.

Por tudo isso, ocorre uma fusão financeira e administrativa entre as indústrias (enquanto forma do capital produtivo) e os bancos (enquanto forma do capital bancário), sob a hegemonia destes últimos. Não é por acaso, que na etapa do imperialismo, este novo tipo de capital sob a égide dos banqueiros e grandes rentistas em geral, isto é, de uma Oligarquia financeira, chama-se capital financeiro³.

³ O entendimento em torno da validade atual, da categoria *capital financeiro*, não se constitui como um consenso. Muitos analistas e pesquisadores que teorizam na atualidade sobre a financeirização da riqueza, utilizam analiticamente as categorias de capital portador de juros e de capital fictício. Sugerimos a leitura de um texto basilar que didaticamente além de explicitar as diferenças entre capital financeiro, capital portador de juros e capital fictício, reconstrói com propriedade a discussão sobre as formas autônomas (capital comercial, portador de juros e do capital fictício) presentes na obra marxiana, *O Capital*, Livro III, seção V. Neste artigo, Marcelo Carcanholo e Juan Panciera detalham como, o capital bancário desdobra-se além de suas funções técnicas (enquanto capital de comércio de dinheiro), graças ao desenvolvimento do sistema de crédito. Neste sentido, o capital bancário (como forma autonomizada de capital) dialeticamente se configura como capital portador de juros, pois, o capital torna-se uma mercadoria *sui generis*, isto é, seu empréstimo é destinado para a produção de lucros. Já a forma fictícia configura-se como desdobramento categorial e dialético e autonomizado do capital a

CEC Año 3, N° 5 (2016), pp. 37-59. Versión sin editar del artículo en portugués.

Neste sentido, entendemos que a categoria capital financeiro, não é simplesmente uma categoria epistemológica, trata-se na verdade, de uma categoria não só heurística, que abarca a totalidade das múltiplas manifestações e das distintas formas de ser e do *modus operandi* do capital. Noutras palavras, o capital financeiro não se configura apenas pela “fusão, junção ou entrelaçamento da forma de capital bancário com o capital produtivo”. Trata-se na verdade de uma categoria ontológica própria da fase imperialista, que por sua vez, sintetiza a totalidade contraditória que engloba os ciclos do capital produtivo – capital mercadoria e capital dinheiro, bem como, as formas autônomas e fluídas de capital, em especial, a forma de capital portador de juros e o capital fictício.

Se a obra, *O Imperialismo, fase superior do Capitalismo*, sintetiza os traços fundamentais do Imperialismo, explicitando como a dinâmica de acumulação e reprodução capitalista, passa a ser regida não mais pela simples exportação de mercadorias e sim pela exportação de capital, entrando em cena como protagonista principal o *capital financeiro*. Também é verdade, que o efetivo entendimento e compreensão da categoria *capital financeiro* nos permitem comprovar sua atual validade histórica, e explicita como a *oligarquia financeira* tem exacerbado a lógica rentista, especulativa e parasitária no século XXI.

Ora, no nosso entendimento, a categoria de *capital financeiro* continua sendo o grande maestro e regente da dinâmica e acumulação no capitalismo recente, ou seja, a alquimia das finanças via processos de “financeirização da riqueza”, cujos protagonistas são o capital portador de juros e o capital fictício, que são a representação e expressão mais imediata e reificada da realidade cotidiana que ofusca a atuação do capital financeiro (enquanto categoria síntese) na etapa atual do Imperialismo, agora amplamente financeirizada.

3. Apontamentos sobre a atual fase Imperialista pautada pela financeirização da riqueza

Em 2016, isto é, em meados da segunda década do século XXI discorrer sobre o atual significado do Modo de produção capitalista não é algo nada fácil. Por isso, do ponto de vista teórico, estamos apoiados no método de investigação social desenvolvido por Marx, ou seja, temos que entender que a realidade social é uma totalidade complexa (composta de aparência e essência, na qual vigora uma tensão e uma relação sempre contraditória entre elas). Por isso, a aparência/imediaticidade revela apenas alguns elementos que são constitutivos do próprio

juros. Por tudo isso, percebe-se que autonomização/substantivação das formas de capital são próprias à dinâmica e *modus operandi* do capital. Cf. Carcanholoy Paineira (2010).

CEC Año 3, N° 5 (2016), pp. 37-59. Versión sin editar del artículo en portugués. real, lembrando que para o filósofo alemão: “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação (aparência) e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (Marx, 1982, p. 15).

Neste sentido, para Marx (1982), seria necessário para a compreensão efetiva da realidade (desvendar a essência do objeto) assim, o método de investigação, consistiria no único caminho possível para tal fato. Deste modo, o processo de apreensão da realidade se faria exclusivamente via o cérebro/pensamento (através de sucessivos processos de abstrações) de captar as características/determinações que são inerentes (que fazem parte) do próprio objeto (realizada investigada), em seguida, “reconstruí-las no plano das ideias” (concreto pensado), ou seja, um caminho de elevação do abstrato ao concreto. Pois, para Marx (1982: 14) “o concreto aparece no pensamento como processo da síntese e não como ponto de partida - embora seja ponto de partida efetivo e, portanto da intuição e da representação”. Depois de inúmeras abstrações, retorna-se a realidade dada (objeto estudado), esta *realidade* agora não mais se apresenta de forma imediata (sem mediações), “como um todo caótico” e sim como uma realidade mediada, na qual é possível estabelecer as conexões não mecanicistas e não formais, entre aparência/essência, ou seja, a partir dos *traços constitutivos da própria realidade* que estão velados no nível da aparência (realidade imediata) e que, agora foram apreendidos pelo pensamento (concreto pensado) via os inúmeros processos de abstrações.

Assim, nas palavras do próprio Marx (1982: 14): “o concreto é concreto, por que é a síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso”. Mas, sempre lembrando que a realidade é dinâmica, não é estática, por isso, por mais que façam apreensões de traços constitutivos da realidade via pensamento, jamais se esgotará a riqueza e complexidade do real. Em suma, ao nosso juízo, só é possível entender como os fenômenos histórico-sociais surgem e, por conseguinte, como se desenvolvem, se transformam; como se articulam com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, se entendermos e utilizarmos o método de investigação pautado na Teoria Social engendrada por Marx.⁴

Por isso, insistimos e reafirmamos que este método configura-se como o mais adequado e também ao nosso entendimento, como o único método capaz de apreender os aspectos/características que compõem a dinâmica da complexa totalidade social. O único pautado na perspectiva de classe para si (classe trabalhadora) que fornece uma interpretação segura para a efetiva compreensão das leis imanentes, das leis de movimento e das possíveis

⁴ Para uma discussão introdutória sobre o Método em Marx ver Netto (2011). Para um aprofundamento ver: O método da economia política em Marx (1982), e ainda o Prefácio 1ª edição e o Posfácio 2ª edição em Marx (1983).

CEC Año 3, N° 5 (2016), pp. 37-59. Versión sin editar del artículo en portugués. tendenciais que podem ser materializadas para regirem o funcionamento e dinâmica do modo de produção capitalista. Portanto, podemos afirmar que na atualidade os chamados processos de financeirização da riqueza aparecem no nível mais imediato da realidade social como sendo fenômenos “naturais”.

Num momento de *quase completa financeirização da vida*, só faltaria mesmo, obrigatoriedade por meio de lei, ou por imposição jurídica, de se atrelar ao registro de nascimento de cada novo ser humano, uma conta corrente numa instituição bancária. Enfim, parece absurdo, isso seria o cúmulo da irracionalidade, uma sandice, mas, todavia, para o “mundo regido pelo capital” significaria fortalecer com vitalidade sua lógica de valorização do valor, nesta etapa Imperialista financeirizada. Pois, como é apontado por vários estudiosos (Gomes, 2015; Harvey, 2004, 2013; Paraná, 2016; Wood, 2014), o modo de produção capitalista é aquele que domina de forma vigorosa quase a totalidade do nosso planeta. Ora, hoje mais do que nunca, *a etapa imperialista* do modo de produção capitalista cristalizada pelos intensos processos de financeirização da riqueza e de reificação⁵ apresentam no nível da vida cotidiana e da realidade mais imediata, como protagonistas centrais no comando do *capitalismo financeirizado*, o capital portador de juros e o capital fictício.

Ao nosso juízo, este fenômeno só evidencia, que a categoria síntese de *capital financeiro* elaborada por Lenin (1975), não perdeu validade histórica e também não se trata de uma categoria puramente abstrata e idealista. Muito pelo contrário. Na verdade, numa análise teórica rigorosamente pautada no método de investigação social elaborado por Marx (1982; 1983), isto é, aquele pautado numa perspectiva de totalidade social, cuja dialética entre aparência e essência é condição *sine qua non* para a efetiva compreensão das engrenagens do processo global do modo de produção capitalista, é que a categoria de *capital financeiro* tem plena vigência e continua sendo o grande maestro e regente da dinâmica e acumulação no capitalismo recente.

4. Imperialismo e financeirização da riqueza: apontamentos sobre a forma capital portador de juros e o capital fictício

Cabe chamar atenção que esta temática de relevância impar na contemporaneidade foi estudada e desdobrada por Marx. Na *seção V* do Livro III *d'O Capital*, Marx trata de forma

⁵ Desenvolvendo as hipóteses marxianas, quem melhor elaborou a análise da reificação foi Lukács (1974). Contudo, há uma importante síntese sobre a reificação em Goldmann (1979).

CEC Año 3, N° 5 (2016), pp. 37-59. Versión sin editar del artículo en portugués.
bastante detalhada sobre a especificidade, do capital portador de juros, forma própria do modo de produção capitalista:

O capital existe como capital, em seu movimento real, não no processo de circulação, mas somente no processo de produção, no processo de exploração da força de trabalho. A coisa é diferente com o capital portador de juros, e justamente essa diferença constitui seu caráter específico. O possuidor de dinheiro que quer valorizar seu dinheiro como capital portador de juros aliena-o a um terceiro, lança-o na circulação, torna mercadoria como capital; não só como capital para si mesmo, mas também para outros; não é meramente capital que o aliena, mas entregue ao terceiro de antemão como capital, como valor que possui valor de uso de criar mais-valia, lucro; como valor que se conserva no movimento e, depois de ter funcionado, retorna para quem originalmente o despendeu, nesse caso o possuidor de dinheiro; portanto afasta-se dele apenas por um período, passa da posse de seu proprietário apenas temporariamente à posse do capitalista funcionante, não é dado em pagamento nem vendido, mas apenas emprestado; só é alienado sob a condição, primeiro, de voltar, após determinado prazo, a seu ponto de partida, e, segundo, de voltar como capital realizado, tendo realizado seu valor de uso de produzir mais-valia (Marx, 1984: 258-59).

Desta forma ao emprestar, seu capital-dinheiro, receberá ao fim e ao cabo do processo de produção, uma parte da riqueza socialmente produzida sob a forma de juros. Neste sentido, o movimento do *capital a juros* é representado da seguinte forma (D – D’), ou seja, representa uma ilusão, um encantamento, como se fosse uma “Macieira que dá Maçãs”, parafraseando Marx. Trata-se de uma forma fluida de capital que existe não apenas na fase do capital monopolista, isto é, se faz presente desde a etapa concorrencial do modo de produção capitalista. Também na referida *seção V* do Livro III *d’O Capital*, Marx detalha, como o *capital portador de juros*, representa ao seu juízo, a forma mais mistificada, e fetichizada de capital, pois:

Na forma do capital portador de juros isso aparece diretamente, sem mediação pelo processo de produção e pelo processo de circulação. O capital aparece como fonte misteriosa, autocriadora do juro, de seu próprio incremento. A coisa (dinheiro, mercadoria, valor) já é capital como mera coisa, e o capital aparece como simples coisa; o resultado do processo global de reprodução aparece como propriedade que cabe por si a uma coisa; depende do possuidor do dinheiro, isto é, da mercadoria em sua forma intercambiável, se ele quer despendê-lo como dinheiro ou alugá-lo como capital [...] Na forma de capital portador de juros, portanto, esse fetiche automático está elaborado em sua pureza, valor que se valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e ele não traz nenhuma marca de seu nascimento. A relação está consumada como relação de uma coisa, do dinheiro consigo mesmo. [...] Torna-se assim propriedade do dinheiro criar valor, proporcionar juros, assim como de uma pereira é dar peras. [...] Em D – D’ temos a forma irracional do capital, a inversão e reificação das

CEC Año 3, N° 5 (2016), pp. 37-59. Versión sin editar del artículo en portugués.

relações de produção em sua potencia mais elevada. [...] mistificação do capital do capital na sua forma mais crua. (Marx, 1984: 293-94)

Antes de mais nada, queremos deixar claro e sinalizar que capital portador de juros e capital fictício *não são* meros sinônimos. O capital fictício representa uma determinada forma de capital que é derivada do *capital portador de juros*. Na verdade, teoricamente, o capital fictício é uma forma de capital, ao nosso juízo, ontologicamente parasitária, pois não tem vínculo algum com o processo de produção de riquezas, pelo contrário, é uma forma que se nutre, que drena valor, isto é, que se apropria da riqueza socialmente produzida (em especial do excedente econômico sob a forma de mais-valia). Também, entendemos que trata-se de uma forma de capital muito mais fetichizada e reificada que o chamado *capital portador de juros*. No Livro III *d'O Capital*, Marx (1985: 14) detalha que:

Com o desenvolvimento do capital portador de juros e do sistema de crédito, *todo o capital parece duplicar e às vezes triplicar* pelo modo diverso em que o mesmo capital ou simplesmente o mesmo título da dívida aparece, em diferentes mãos, sob diversas formas. *A maior parte deste 'capital monetário' é puramente fictícia.* (Grifos nossos).

Em síntese, podemos caracterizar o capital fictício, como a forma fluida de capital que se materializa nas ações das empresas, nos títulos da dívida pública dos Estados-Nações, nos derivativos, nos diversos e distintos produtos financeiros que são transacionados na esfera financeira, bem como, em boa parte da massa monetária sob a forma de capital bancário, encontrada em bancos comerciais ou de investimentos, financeiras, fundos de pensão ou outros agentes do mercado financeiro, esta forma de capital se pauta por uma *expectativa de capitalização de um rendimento futuro a partir de uma determinada taxa de juros*. Deste modo, o capital fictício atual exclusivamente na órbita financeira, ou seja, na esfera da circulação, e o seu ciclo é representado pela fórmula (D- D'), ou seja, dinheiro que gera mais dinheiro.

Sabe-se também que na esfera de circulação não se cria nenhuma riqueza nova, pelo contrário, há processo de apropriação da riqueza que é sempre produzida socialmente. Assim, como aponta Marx (1985): “Toda conexão com o processo real de valorização do capital se perde assim até o último vestígio, e a concepção do capital como autômato que se valoriza por si mesmo se consolida” (p.11). Entendemos que esta assertiva marxiana não tem validade apenas para a forma portadora de juros, mas especialmente aplica-se a forma fictícia.

Por isso tudo, o capital fictício eleva ainda mais o patamar de fetichismo, mistificação e reificação na sociedade burguesa. Mostrando-se uma forma mais acabada, irracional e ilusória

CEC Año 3, N° 5 (2016), pp. 37-59. Versión sin editar del artículo en portugués. do capital, ou seja, amplifica e hiperdimensiona a ilusão D – D’ (Dinheiro que gera por si só mais dinheiro). Ao nosso juízo, ela expressa o máximo de ilusão, representa o grau máximo do fetichismo do capital:

A completa coisificação, inversão e loucura do capital [...] na qual todavia apenas se reflete, de forma mais palpável, a natureza mais íntima da produção capitalista, o [seu delírio] – é o capital que proporciona juros acumulados; igual a um Moloch a exigir o mundo inteiro como um tributo que lhe é devido. Por causa de um destino misterioso, entretanto, jamais vê satisfeitas as exigências que brotam de sua própria natureza, vendo-as sempre anuladas (Marx, 1982, p.191).

Deste modo, ao nosso juízo, é possível constatar o exponencial processo especulativo e parasitário de apropriação/drenagem de parte substantiva de parcelas de excedente econômico (especialmente do mais-valor) que travestido sob a forma de lucros, juros ou dividendos alimentam a fração de classe burguesa, representada pela Oligarquia Financeira Mundial. Por isso, acreditamos que a luz das ideias de Marx, Engels e em especial dos argumentos sobre o imperialismo postulado e desenvolvido por Lenin é possível desvendar: “a anatomia integral do circuito” da apropriação da riqueza socialmente produzida, e desta forma fornecer subsídios e argumentos significativos para nutrir a luta anticapitalista em especial no terreno da política, especialmente para as frações de vanguarda da classe trabalhadora, mas não só, que lutam incansavelmente contra o ordenamento social do capital.

5. A crise de 2007-2008: exacerbação do parasitismo no atual estágio imperialista e financeirizado do modo de produção capitalista

A chamada *financeirização* da riqueza é mais importante característica do estágio atual do modo de produção capitalista. Esta nova quadra histórica marcada pelo *imperialismo financeirizado*, remonta à crise no início dos anos ‘70. Tratava-se para Mandel (1982) do “esgotamento de uma longa onda expansiva do capital” que vinha ocorrendo desde o pós-II Guerra Mundial, e eclodiria via crise⁶. É fato que o período compreendido pela literatura

⁶ O nosso entendimento de crise é pautado nos estudos feitos por Marx. Para o autor alemão, as crises são inerentes ao modo de produção capitalista, pois trata-se de um sistema cíclico, assim a possibilidade de crise já está dada, caso não seja completado o ciclo D-M-D’. Não há uma sessão específica sobre a crise em sua obra *O Capital*, contudo, o livro III é fundamental. Ver Marx (1984b e 1985). A tradição marxista possui distintas abordagens a respeito das causas de uma crise, como, por exemplo, o subconsumo, a queda das taxas de lucros, ou mesmo a superacumulação. Para este debate ver Colletti (1978) e ainda Mészáros (2009). Já para Mandel (1982, 1990) a crise possui múltiplas causas, ainda desenvolve a ideia de crise estrutural do capital. Para uma introdução ao estudo da categoria crise em Marx, ver Mazzucchelli (1985).

CEC Año 3, N° 5 (2016), pp. 37-59. Versión sin editar del artículo en portugués. especializada como os “anos dourados” do capitalismo, marcada pelas práticas regidas em especial pelo chamado binômio keynesiano/fordista, davam claros sinais de seu colapso⁷. Para Netto (2001: 69): “Ela [a crise] é a expressão de algo muito mais fundamental [...] a curva decrescente da eficácia econômico-social da ordem do capital”. Por isso, o fenômeno da crise se manifesta no nível mais aparente da realidade, via o fim do padrão de conversibilidade do padrão dólar/ouro - Padrão Bretton Woods⁸ - já em 1971, tendo assim, como consequência direta e detonador, a abrupta elevação nos preços do petróleo em 1973.

Seguindo esta linha de raciocínio, a partir do argumento de Netto e Braz (2006), verifica-se forte redução no ritmo de crescimento e, conseqüentemente uma brutal queda das taxas de lucros. Estes fatos exigiram uma resposta imediata por parte do capital (da Burguesia que detém o controle dos meios privados de produção).

Desta forma, estas medidas articuladas entre si, proporcionarão ao modo de produção capitalista, a retomada do processo de acumulação e, por conseguinte, a recomposição das taxas médias de lucro e um controle mais radical sobre a força de trabalho.

Na verdade, se irmos além da aparência dos fenômenos históricos, fica evidente que boa parte da reflexão de Lenin materializada em 1916 em seu escrito *Imperialismo fase superior do capitalismo*, é reposta hoje, com novas determinações que configuram a etapa imperialista financeirizada do modo de produção capitalista.

Ao nosso juízo, sem abrir mãos dos traços essenciais e das características já explicitadas por Lenin (1975) há um século, tais como: o comando do capital financeiro sobre a sociedade, o processo de monopolização dos mais distintos ramos produtivos, maior grau de concentração e centralização de capitais, e ainda cristalização de uma Oligarquia financeira pautada por acentuado traço rentista e parasitário, em virtude da hipertrofia da esfera financeira; temos a contemporânea anatomia do modo de produção capitalista.

Portanto, a efetiva compreensão do processo da crise só é possível se partirmos deste diagnóstico. Assim, com base em Lapavistas (2009; 2016), Belluzzo (2009), Gontijo e Oliveira (2011), a crise financeira que abalou os EUA em 2008 configura-se efetivamente, como uma crise de superprodução, que teve sua manifestação concreta mais aparente na órbita financeira por meio da desvalorização generalizada de inúmeros papéis e títulos negociados nas bolsas, em especial os chamados “derivativos”, ou seja, no estouro de bolhas

⁷ Fase compreendida entre o fim da 2ª guerra Mundial (1945) e princípios da década de 1970. Ver Chesnais (1996), Harvey (1993) e Hobsbawm (1995).

⁸ Nesta reunião ocorrida em 1944, em Bretton Woods, foram criadas instituições como o FMI, o GATT e o BIRD, cujos objetivos eram estabelecer um novo sistema monetário internacional para o período do pós 2ª Guerra Mundial. Ver Moffitt (1984).

CEC Año 3, N° 5 (2016), pp. 37-59. Versión sin editar del artículo en portugués. de capital fictício. Assim, sendo a esfera financeira o lócus de atuação das transações que envolvem compra e venda de ações, títulos da dívida pública, e principalmente os derivativos. Busca-se ainda neste espaço como demonstraram Lewis (2014) e Paraná (2016) a cada milésimo de segundo de forma insaciável auferir o máximo possível de rentabilidade (lucros).

Hoje, mais do que nunca, o capital fictício é central na dinâmica do modo de produção capitalista. É através dos “estouros das bolhas” de capital fictício que se detona uma crise.

Como observam Belluzzo (2009) Gontijo e Oliveira (2011) Lapavitsas (2009; 2016), a crise do *subprime* teve como detonador o setor imobiliário dos EUA, mas não foi apenas uma crise imobiliária. Portanto, ao nosso juízo, entender os nexos históricos sobre as hipotecas do *supprime* nos permite perceber que este evento não foi simplesmente uma crise financeira que contaminou a economia real, e sim, a expressão efetiva de uma crise de superacumulação capitalista na etapa madura do “Imperialismo financeirizado”.

Retomando de forma sintética a história do segmento imobiliário estadunidense, verificasse que já na década de 1990, este departamento da economia representou um terreno fértil para acumulação e também especulação de capital. Pois, além da expressiva expansão creditícia, massas e massas de capital monetário foram deslocadas para este setor. Assim, com baixíssimas taxas de juros foi possível uma significativa expansão de empréstimos para a “aquisição da casa própria”. Pois:

As condições vantajosas do crédito, aliadas à desregulação, estimularam o capital especulativo a desenvolver um conjunto de inovações financeiras relacionadas com as dívidas de cartões de crédito, compra de automóveis, dívida corporativas e especialmente, as dívidas hipotecárias. Vale lembrar que, para facilitar a ação especulativa, o Congresso estadunidense revogou, em 1999, a Lei *Glass-Steagall*, que disciplinava a atividade bancária e separava os bancos comerciais dos bancos de investimento. Desregulamentando e com carta branca para criar os mais diversos tipos de inovações financeiras, o sistema financeiro correspondeu plenamente aos novos tempos e desenvolveu esquemas de engenharia que beirava à insanidade. (Costa, 2013: 39)

Estas empresas obtiveram uma enorme valorização de suas ações nas bolsas de valores. De fato, a realidade mostrou que havia bolhas de capital fictício que inflaram de forma expressiva, os valores dos ativos em alta tecnologia negociados no mercado financeiro. O resultado não poderia ser outro. Já que estas bolhas de capital fictício contaminavam a economia americana há algum tempo. Brenner (2003) exemplifica como registro histórico, o processo de desvalorização de 95% das ações/papéis de empresas de telecomunicações já em 2002. Detalhando que houve uma queima de mais de US\$ 2,5 trilhões, mais de 60 empresas pediram falência, e o fato mais grave, a demissão de mais de 500 mil trabalhadores do setor

CEC Año 3, N° 5 (2016), pp. 37-59. Versión sin editar del artículo en portugués. de telecomunicações. Nesta direção fica evidente que a crise das “empresas ponto com” acabaram pavimentando terreno para especulação desenfreada noutro segmento da economia, ou seja, a bola da vez, o próximo alvo dos especuladores seria o setor imobiliário nos EUA.

Por sinal, esta crise apresentou um excesso de capital sob a forma de dinheiro (capital monetário) que procurou comprar papéis/títulos no lócus das finanças para obter rentabilidade. Num determinado momento a “valorização financeira” entra em colapso, daí há a explosão de “montanhas de capital fictício”, e por conseguinte, uma queda acentuada em ações e diversos papeis que circulam nos mercados financeiros. Esta queima concreta de capital “superacumulado” marca o caráter cíclico do modo de produção capitalista. Assim, após este processo de queima e desvalorização de capitais, para que se possa retomar um novo ciclo de acumulação será necessário o deslocamento de “massas de capitais” sob a forma monetária do setor arrasado, para outro setor da economia, que potencialmente poderá ser brevemente devastado pela lógica predatória e especulativa do próprio capital.

Pois, como se sabe, através da emissão de papéis (derivativos) avaliados como investimentos hiperseguros pelas agências de classificação de risco (*Rating*): Standard & Poors, Moody's e Fitch, escondia-se a verdade, ou melhor, a especulação com capital fictício. Estas agências na época respondiam por cerca de 80% do mercado e classificaram as *hipotecas subprimes* como investimentos com a nossa máxima, isto é, um triplo AAA.

Diante deste cenário, fica claro como a alquimia do setor imobiliário conectado ao setor financeiro caminhava a passos largos para a bancarrota. Vários analistas, como Belluzzo (2009), Gontijo e Oliveira (2011) y Morris (2009), demonstram como o atraso no pagamento das hipotecas, a perda de rentabilidade, o rebaixamento das agências de classificação de risco e a redução de oferta do crédito em 2007, formam na verdade, o prelúdio da crise. Constatam também que os prejuízos oriundos dos títulos lastreados em hipotecas do *subprime* representavam já em outubro de 2007 mais de U\$ 45 bilhões. Ademais já em 2006, descobri-se que cerca de 90% das chamadas hipotecas do *subprime* estão atreladas por derivativos lastreados por ativos tóxicos.

Evidentemente, o ano de 2008 começa com o fenômeno de crise se alastrando por diversos bancos. Em março registra-se o colapso do banco de investimentos Bears Sterns que acaba sendo comprado pelo grupo J P Morgan. Em meados de junho, a crise se espalha nas empresas do ramo de financiamento habitacional (hipotecárias) Fannie Mae e Freddie Mac. O epicentro da crise ocorre em 15 de setembro de 2008 com a decretação de falência do banco Lehman Brothers. A partir de então instalasse o caos global, um verdadeiro pânico de “salve-se quem puder” nos mais distintos mercados do mundo das finanças, desde o mercado

CEC Año 3, N° 5 (2016), pp. 37-59. Versión sin editar del artículo en portugués. acionário, cambial, de créditos e em especial o de derivativos.

A crise que foi detonada na esfera financeira vai muito além, atingindo também a economia real e produtiva em dezembro de 2008 com a quebra das fabricantes de veículos: General Motors e da Chrysler. É verdade que este fato ajuda a corroborar e ilustra de forma explícita, a nossa hipótese de que a categoria de capital financeiro a partir de Lenin está articulada diretamente com as categorias de portador de juros e capital fictício. Mostrando que só é possível entender o modo de produção capitalista na sua totalidade, também demonstra o caráter burguês do Estado. Pois, foi preciso intervenção do Estado americano para que as empresas do setor produtivo não entrassem em falência.

De acordo com Costa (2013: 63) estima-se que só em 2008 foram injetados mais de “US\$ 13 trilhões no sistema econômico, além de redução das taxas de juros reais para patamares negativos, bem como dezenas de medidas de política econômica para aquecer a demanda interna e estimular o consumo”. Grosso modo, podemos afirmar pautados em Marx e Engels (1997: 38) que o “Estado Burguês sempre foi o comitê executivo da burguesia”. Nos desdobramentos da crise de 2008, foi novamente o Estado quem salvou o capitalismo de seu colapso.

Tal evidência foi também demonstrada por Lapavistas (2009: 79), pois “O Estado é central para o funcionamento do sistema financeiro contemporâneo, apesar do triunfo ideológico da desregulação. [...] O Estado é quem garante a solvência dos grandes bancos e da estabilidade do sistema financeiro em seu conjunto”. Ainda nesta direção, Lapavistas (2016: 22) descreve o papel de revelado que o Estado exerce na atual etapa imperialista financeirizada: “O estado é um elemento central para a financeirização, com uma intervenção ativa e contínua”.

Em suma, mesmo após a eclosão da crise de 2008, nesta fase imperialista financeirizada, o grau parasitário e especulativo continua muito acentuado. Com base no estudo *A natureza e as contradições da crise capitalista*, de Nakatani e Gomes (2015) percebe-se que a totalidade da massa de capital fictício que circula em nível mundial, após a crise de 2008 não sofreu uma queda abrupta, pelo contrário continua sendo exponencial, em especial sob a forma de ações, de títulos da dívida pública e de derivativos, apenas as ações sofreram uma forte desvalorização.

Com a eclosão da crise, o valor de mercado das corporações nas bolsas de valores se desvalorizou em 46 %, caindo para US\$ 34,9 trilhões de dólares. A partir daí, o montante foi crescendo gradativamente e atingiu US\$ 53,2 trilhões em 2012, mas ainda muito abaixo do PIB mundial, que atingiu US\$ 71,7 trilhões em 2012 (Nakatani y Gomes, 2015: 259).

Tabela 1. Valor de Mercado das Empresas em Bolsas (bilhões de US\$)

CEC Año 3, N° 5 (2016), pp. 37-59. Versión sin editar del artículo en portugués.

REGIÕES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Mundo	43 319,4	53 375,3	64 575,4	34 900,9	47 379,9	54 164,8	46 499,1	53 163,9
Países membros da OCDE	36 720,1	43 686,1	47 379,5	26 303,0	34 327,5	39 292,7	34 828,9	39 887,2
América do Norte	18 453,9	21 129,3	22 136,6	12 741,8	16 759,6	19 300,7	17 548,7	20 685,9
União Europeia	10 198,7	13 545,4	15 631,7	7 582,3	9 823,2	10 531,2	9 338,5	10 378,0
Área do Euro	6 357,3	8 651,3	10 474,6	5 154,6	6 147,6	6 303,6	5 555,7	6 309,5
Europa e Ásia Central	12 118,1	16 421,1	19 339,2	9 186,6	12 325,2	13 462,6	11 590,7	12 971,4
América Latina e Caribe	1 050,8	1 491,2	2 331,7	1 195,4	2 022,0	2 764,7	2 293,5	2 550,2
Oriente Médio e Norte da África	1 441,4	1 097,0	1 636,8	956,4	1 102,9	1 229,7	1 087,3	1 153,3
África Sub-Saariana	605,1	803,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	732,4

Fonte: Nakatani e Gomes (2015: 259).

Ainda, de acordo com Nakatani e Gomes (2015): “o capital fictício na forma da dívida pública não sofreu nenhuma desvalorização com a crise” (p.259). Este fato pode ser corroborado na tabela elaborada pelos autores supracitados:

Tabela 2. Títulos de dívida interna de governos selecionados (US\$ bilhões)

PAÍSES SELECIONADOS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Todos os governos (35 países)	22 164,9	24 152,3	26 772,0	29 440,6	34 017,8	38 887,1	42 087,4
Brasil	418,7	512,2	694,1	545,8	803,7	949,0	957,1
França	1 079,9	1 209,3	1 405,1	1 436,8	1 693,3	1 661,7	1 741,7
Alemanha	1 072,2	1 222,7	1 393,0	1 364,3	1 547,6	1 724,5	1 752,2
Grécia	206,6	244,3	298,6	181,5	181,1	159,1	150,5
Itália	1 324,1	1 538,8	1 772,4	1 779,7	1 972,8	1 933,5	1 950,3
Japão	6 604,7	6 747,8	7 145,1	9 113,2	9 654,2	11 632,3	12 787,6
Portugal	98,3	109,4	124,2	86,9	98,8	114,8	108,7
Espanha	406,9	449,1	495,6	448,9	603,5	629,4	687,4
Reino Unido	679,5	835,1	903,0	825,8	1 188,9	1 326,2	1 485,5
Estados Unidos	5 918,3	6 229,9	6 592,5	7 894,9	9 471,8	11 154,1	12 862,9

Fonte: Nakatani e Gomes (2015: 260).

Por isso, na esteira desta fase do Imperialismo cravejada pelo fenômeno da financeirização, podemos verificar nitidamente que a especulação e o parasitismo acentuaram-se ainda mais com uma forma específica de capital fictício engendrada, sobretudo em meados da década de 1970, isto é, os derivativos. Com base em Roberts (2000) percebemos que correspondem ao conjunto de títulos que são derivados de outros títulos já lastreados em aplicações financeiras. Os derivativos dividem-se em dois grupos: hedge e swaps. As operações com derivativos ocorrem sobre: taxa de juros, câmbio, índices de mercado de ações, commodities e crédito. Nesta direção, Nakatani e Gomes (2015: 261) apontam que:

CEC Año 3, N° 5 (2016), pp. 37-59. Versión sin editar del artículo en portugués.

os derivativos constituem uma forma de capital fictício, que não existia em um volume importante no tempo de Marx; ele se desenvolveu a partir das mudanças que ocorreram após o fim do sistema de taxas fixas de câmbio depois do acordo de Bretton Woods, em 1971, quando o presidente Richard Nixon decretou o fim da conversibilidade do dólar em ouro. Esse sistema, que dava alguma estabilidade ao conjunto de taxas de juros internacionais, mantinha igualmente essas taxas em níveis relativamente baixos e estáveis. Assim, durante o período de vigência desse acordo, o sistema de crédito mundial foi associado ao dólar, que assumiu o papel de dinheiro mundial, tendo sido ancorado ao ouro à razão de US\$ 35 dólares por onça. Após o fim do acordo, o dólar foi desvinculado do ouro, mas continuou exercendo o papel de dinheiro mundial na forma de dinheiro fictício, mesmo que na aparência, nos manuais ortodoxos de economia e nos registros do sistema, o dólar tenha se convertido em papel moeda de curso forçado sem nenhum valor intrínseco.

Fica evidente que as operações com derivativos, mesmo após a crise não sofreram queda acentuada, muito pelo contrário, após uma ínfima queda em 2008, retomam o crescimento de forma vertiginosa. Assim, em termos absolutos, as operações totais com derivativos entre 2005 e 2012 tiveram um crescimento real de mais de 110%. Tais evidências podem ser corroboradas na tabela elaborada Nakatani e Gomes (2015):

Tabela 3. Saldos de derivativos OTC (Valor nocional em bilhões US\$)

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Cambio	31 364	40 271	56 238	49 753	49 181	57 796	63 349	67 358
Taxa de juros	211 970	291 582	393 138	418 678	449 875	465 260	504 117	489 703
Commodities	5 434	7 115	8 455	4 427	2 944	2 922	3 091	2 587
CDS	13 908	28 650	57 894	41 868	32 693	29 898	28 626	25 069
Outros	34 994	47 228	79 616	77 237	69 207	45 170	48 592	47 851
Total	297 670	414 845	595 341	591 963	603 900	601 046	647 775	632 568

Fonte: Nakatani e Gomes (2015: 262).

6. Conclusão

Em síntese, como tentamos demonstrar, mesmo após a crise de 2007-2008, a categoria de *capital financeiro* tal qual apresentada por Lenin, continua sendo o grande maestro e regente da dinâmica e acumulação no capitalismo recente. Pois, o chamado processo de “financeirização da riqueza” conduzido pelo capital portador de juros e o capital fictício são na verdade, a expressão mais imediata e fenomênica da atuação do capital financeiro no estágio do Imperialismo financeirizado. Também ao nosso juízo, seria impossível hoje, negar o enorme grau de especulação e parasitismo no tempo presente ou a existência de uma Oligarquia Financeira que controla o grosso das operações do sistema financeiro mundial.

Pois, se no nível da aparência, isto é, no nível mais imediato da vida cotidiana na qual os processos sociais permitem perceber esta suposta hierarquização; uma análise mais profunda nos revela que a categoria de *capital financeiro* opera como uma “síntese contraditória”, e que

CEC Año 3, N° 5 (2016), pp. 37-59. Versión sin editar del artículo en portugués. o par categorial capital portador de juros e capital fictício na atualidade são formas de capital que operam no nível da realidade mais imediata do modo de produção capitalista.

Se para Martins (2005) “O estado mínimo é o reino de liberdade para do capital financeiro globalizado”, Tom Thomas (2000) acrescenta que: “vivemos um período em que se constata a absoluta hegemonia do capital financeiro”. Por tudo isso, podemos afirmar que o capital financeiro tende a controlar de forma totalitária o Planeta. Como nos alerta Martins (2005: 132): “[O capital financeiro] é a forma operacional, administrativa, burocrática, do capital propriamente dito. [...] O capital financeiro é a própria realidade genérica do Estado-Nação Moderno”.

7. Referências

- BELLUZZO, L. G. M. (2009). *Antecedentes da tormenta: origens da crise global*. Campinas/São Paulo, Unesp.
- CARCANHOLO, M. e PAINCEIRA, Juan. P. P. (2010) “A atual crise do capitalismo e suas perspectivas”. In: *Universidade e Sociedade*. nº45, p.161-173.
- CARCANHOLO, R. & NAKATANI, P. (1999). O capital especulativo parasitário: Uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da Globalização. In: *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.20.
- CHESNAIS, F. (1995). A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. In: *Revista Economia e Sociedade*. Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia. n. 5, p. 01-30, dez/1995.
- CHESNAIS, F. (Org.) (1998). *A Mundialização Financeira*. São Paulo: Xamã.
- CHESNAIS, F. (Org.) (2005). *A Finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo.
- COGGIOLA, O. & MARTINS, J. (2006). *Dinâmica da globalização*. Florianópolis, UFSC.
- COLLETTI, L. (1978). *El marxismo y el derrumbe del capitalismo*. México/Madrid, Siglo XXI.
- COSTA, E. (2013). *A crise econômica mundial, a globalização e o Brasil*. São Paulo, ICP.
- GOLDMANN, L. (1979). *Dialética e Cultura*. Rio de Janeiro, Vozes.
- GONTIJO, C. & Oliveira, F. *Subprime: os cem dias que abalaram o capital financeiro mundial e os efeitos da crise sobre o Brasil*. Belo Horizonte, 2011.
- GOMES, H. (Org.) (2015). *Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea*. São Paulo: Outras Expressões.
- HARVEY, D. (1993). *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.

- CEC Año 3, N° 5 (2016), pp. 37-59. Versión sin editar del artículo en portugués.
- HARVEY, D. (2004). *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola.
- HARVEY, D. (2013). *Os limites do Capital*. São Paulo: Boitempo.
- HILFERDING, R. (1985). *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural.
- HOBBSBAWM, E. (1995). *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Cia das Letras.
- HOBSON, J. (1982). *Estudio del Imperialismo*. Madrid: Akal.
- LAPAVITISAS, C. (2009). *El capitalismo financeirizado*. Madrid: Maia Ediciones.
- LAPAVITSAS, C. (2016). *Benefícios sin producción: como nos explotan las finanzas*. Madrid: Traficantes de Sueños.
- LENIN, V. I. (1975) *Imperialismo fase superior do Capitalismo*. Lisboa: Avante!
- LENIN, V. I. (1986). *Cuadernos sobre el Imperialismo*. Moscú: Editorial Progreso.
- LENINE, V. I. (1989) *Cadernos filosóficos*. Lisboa: Edições Avante!
- LEWIS, M. (2014). *Flash boys: a revolta em Wall street*. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- LOHOFF, E & TRENKLE, N. (2014). *La grand dévalorisation: pourquoi la spéculation et la dette de l'état ne sont pas les causes de la crise*. Paris, Post-Editions.
- MANDEL, E. (1982). *O capitalismo tardio*. São Paulo, Abril Cultural.
- MANDEL, E. (1990). *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio.
- MARTINS, J. (2005) *Império do Terror*. São Paulo: José Luís & Rosa Sundermann.
- MARX, K. (1982) O método da economia política. In: *Os Economistas: Marx*. São Paulo: Abril Cultural.
- MARX, K. (1982 b) O rendimento Vulgar e suas fontes. In: *Os Economistas: Marx*. São Paulo: Abril Cultural.
- MARX, K. (1983). *O Capital: crítica da economia política*. Livro primeiro, tomo1. São Paulo: Abril Cultural.
- MARX, K. (1984). *O Capital: crítica da economia política*. Livro terceiro, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural.
- MARX, K. (1985). *O Capital: crítica da economia política*. Livro terceiro, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural.
- MARX, K & ENGELS, F. (1997). *Manifesto do partido comunista*. Lisboa: Avante!
- MAZZUCHELLI, F. (1985). *A contradição em processo*. São Paulo: Brasiliense.

- CEC Año 3, N° 5 (2016), pp. 37-59. Versión sin editar del artículo en portugués.
- MESZÁROS, I. (2009). *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo.
- MOFFITT, M. (1984). *O dinheiro do Mundo: de Bretton Woods à beira da insolvência*. Rio de Janeiro, Paz e terra.
- MORRIS, C. (2009). *O crash de 2008*. São Paulo: Aracati.
- NAKATANI, P. (2006). *O papel e o significado da dívida pública na reprodução do capital*. Disponível em: http://www.cadtm.org/IMG/pdf/Paulo_Nakatani.pdf . Consulta feita em 10 de março de 2016.
- NAKATANI, P. & GOMES, H (2015). A natureza e as contradições da crise capitalista. In: GOMES, H. (Org.) (2015). *Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea*. São Paulo: Outras Expressões. p.247-276.
- NETTO, J. P. (2001). *Crise do socialismo real e ofensiva neoliberal*. 3 ed. São Paulo: Cortez.
- NETTO, J. P. (2005). *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 4 ed. São Paulo: Cortez.
- NETTO, J. P. & BRAZ, M. (2006). *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez.
- NETTO, J. P. (2011). *Introdução ao estudo do Método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular.
- PARANÁ, E. (2016). *A finança digitalizada: capitalismo financeiro e revolução informacional*. Florianópolis, Insular.
- ROBERTS, R. (2000). *Finanças internacionais: guia prático dos mercados e instituições financeiras*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- ROCHA JUNIOR, F. L. (2015). Lenin e a Crítica Viva da Economia Política. In: DEO, A., MAZZEO, A. C., DEL ROIO, M. (Org.) (2015). *Lenin: Teoria e Prática Revolucionária*. Marília, São Paulo, Cultura Acadêmica.
- ROCHA JUNIOR, F. L. (2015 b) “Notas sobre el capital financiero y la financiarización de la riqueza desde Lenin” In: *Revista MARX AHORA*, n° 39, Havana – Cuba. p. 24-30.
- THOMAS, T. (2000). *A hegemonia do capital financeiro e a sua crítica*. Lisboa: Dinossauro.
- WOOD, E. (2014). *O império do Capital*, São Paulo: Boitempo.